



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS¹ NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Soraide Isabel Ferreira²

Resumo: Este artigo objetiva analisar o exercício profissional das assistentes sociais inseridas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato de Grosso – IFMT, a partir das demandas e das respostas profissionais, apontando como as assistentes sociais organizam, planejam e sistematizam suas ações, bem como sinalizando para os limites e as possibilidades no âmbito da educação profissional.

Palavras-chave: Exercício profissional, Serviço social, Educação.

Abstract: This article aims to analyze the professional practice of social workers enrolled in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso - IFMT, based on demands and professional responses, pointing out how social workers organize, plan and systematize their actions, as signaling to the limits and possibilities in the scope of professional education.

Keywords: Professional practice, Social work, Education.

1. BREVE INTRODUÇÃO

O estudo sobre o exercício profissional das Assistentes Sociais na Política e Educação Profissional e Tecnológica possibilita contribuir para o preenchimento de uma lacuna ainda deixada pela produção acadêmica do Serviço Social, no que se refere às demandas e às repostas profissionais. Dessa forma, em confronto com discursos e práticas conservadoras, buscamos orientá-lo por uma perspectiva crítica que se expressam na formação profissional, no conhecimento produzido e nas lutas da categoria e do conjunto CFESS/CRESS.

Dada a importância de pesquisar sobre o exercício profissional, e dos desafios para a compreensão de seus limites e de suas possibilidades, apresentamos nesse artigo um recorte do resultado da pesquisa de mestrado intitulada: “O Exercício Profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato de Grosso: limites e possibilidades”, da Universidade Federal de

¹ Utilizamos a forma nominal no feminino devido o quadro de profissionais do Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) ser composto majoritariamente por mulheres, fato que acompanha a tendência histórica da profissão no Brasil.

² Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. E-mail: <ysa.ferreira21@gmail.com>.

Mato Grosso, na linha de pesquisa “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”. Assim, nos deteremos na análise das principais demandas e respostas profissionais desenvolvidas no âmbito do IFMT, bem como mostraremos com as profissionais organizam, planejam e sistematizam suas ações profissionais.

Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, com o uso de entrevista semiestruturada. Do universo de 19 *campi* do IFMT existentes no estado de Mato Grosso, 11 fazem parte da amostra, sendo uma assistente social por *campus* e uma que trabalha na Reitoria na capital. Desse total, entrevistamos 9 profissionais.

O interesse em analisar essa temática advém inicialmente das reflexões e discussões no âmbito da graduação, somada da experiência profissional a partir do ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Mato Grosso, *campus* Pontes e Lacerda e, posteriormente, da vinculação ao Programa de Pós-graduação em Política Social, como mestranda. Esses fatores foram desencadeadores para o desenvolvimento e aprofundamento do estudo, por meio de referências que abordassem a complexidade do exercício profissional na Política de Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, foi possível observar a necessidade de superar práticas burocráticas e avançar em favor de práticas planejadas e sistematizadas; bem como de fortalecer a intersectorialidade entre as políticas públicas; além disso evidenciamos que é necessário compreender de forma ampla as condições de vida dos estudantes e também de desenvolver ações socioeducativas junto aos alunos, família e comunidade escolar, tendo como fundamento de análise para essas questões a perspectiva teórico-crítica, buscando assim problematizar as expressões da questão social que se manifestam nessa instituição de ensino de modo cada vez mais crítico, propositivo, qualificado e totalitário em prol da luta pelos interesses dos estudantes.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: fundamentos e perspectivas do exercício profissional

O Serviço Social em sua trajetória histórica no espaço sócioocupacional da Educação tem como marco a década de 1930, período em que a classe trabalhadora, devido às péssimas condições de vida e de trabalho, colocou a educação como uma de suas reivindicações sociais. Nesse cenário, a demanda social de educação escolarizada foi reconhecida e institucionalizada pelo Estado, o qual inicia o enfrentamento às expressões da questão social, por meio de políticas de educação (BARBOSA, 2015).

A operacionalização da Política de Educação demandou a inserção de profissionais para sua execução, dentre os quais destacamos o Assistente Social. Com

isso, o profissional do Serviço Social passa a ser requisitado pelo Estado, a partir dessa década, para o atendimento das expressões multifacetadas da questão social que se expressavam no âmbito escolar. No entanto, essa política visou a princípio atender aos interesses do capital e não necessariamente às reais necessidades e demandas da classe trabalhadora, de tal forma que,

[...] profissional, desde seu início, atuou primordialmente como um intelectual difusor da ideologia dominante, necessária à manutenção daquela ordem, atuação com inserção privilegiada junto à classe trabalhadora e cuja funcionalidade apontava para a conformação do trabalhador às novas exigências postas pelo projeto modernizante e industrializante após a década de 1930 (PEREIRA, 2008, p. 81).

Conforme Souza (2005), nas primeiras décadas de atuação do Assistente Social no campo educacional, ele intervinha por meio do exercício profissional, em demandas que perpassavam as estruturas da educação brasileira, como: evasão, repetência, desmotivação, dificuldades nos relacionamentos, ausência das aulas, entre outras questões como as decorrentes das relações familiares e das condições precárias de vida. No entanto, esse profissional não questionava sobre as causas dessas dificuldades, bem como não as relacionava com as contradições intrínsecas à ordem capitalista.

A ação do Serviço Social era direcionada para o ajustamento do indivíduo. Os problemas das crianças e sua família eram tratados como uma deficiência moral e de caráter por parte dos indivíduos. A escola tinha como objetivo educar essa criança e aproximar sua família do meio escolar, reajustando tanto a criança como sua família ao meio social (BARBOSA, 2015, p. 108).

Com essa perspectiva, a intervenção nas refrações da questão social via políticas públicas pelo Estado era voltada para assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, tanto que o Estado, além de preservar as condições externas da produção capitalista, direciona sua função organizacional para a dinâmica econômica, de tal forma que sua função política se funde com sua função econômica (BARBOSA, 2015).

Trata-se, portanto, de uma profissão engendrada para contribuir com o projeto burguês em um dado momento da História – na ordem monopolista, por meio da legitimação dos setores dominantes, que buscava o controle da família proletária tendo como fundamento o padrão de escolarização necessário para criar condições de produção e de reprodução do capitalismo, conformando estratégias integradoras entre o homem e o capital. Ou seja, originalmente, ela buscava difundir a ideologia burguesa, voltando-se para o atendimento das expressões da questão social vivenciadas pela

classe trabalhadora de modo a controlá-la e educá-la para a reprodução dos interesses do capitalismo.

De acordo com Amaro (2012, p. 19), em seu período conservador, a intervenção do Serviço Social na educação seguia a “lógica desenvolvimentista” voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”. Os Assistentes Sociais eram imbuídos da função de

[...] examinar a realidade social e econômica dos alunos e das famílias; identificar situações de desajuste social; orientar professores, pais e alunos sobre esses desajustes; fazer triagem de alunos que necessitassem de material escolar, transporte, entre outros; elaborar relatórios de suas ações; articular escola e comunidade; orientar comunidades e famílias na responsabilidade quanto ao processo educativo dos filhos (AMARO, 2012, p. 19).

Dessa atuação do Serviço Social, que não era exclusiva da Educação, nota-se que não havia uma crítica acerca da problemática sociais e sua respectiva relação com a sociedade. As demandas como analfabetismo, evasão, reprovação, e dificuldades de aprendizagem eram vistas como problemáticas individuais e/ou relacionadas à sua família.

Essa forma de atuação começa a mudar nos anos de 1960, com as importantes transformações geradas com o surgimento do Movimento de Reconceituação Latino-Americano³, que questionou o conservadorismo tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional. A Reconceituação contempla três direções⁴: a modernizadora (perspectiva conservadora), a reatualização do conservadorismo (perspectiva fenomenológica) e a intenção de ruptura (perspectiva marxista). Com a apropriação da matriz marxista, as ações profissionais passariam a ser realizadas numa perspectiva de totalidade.

O período de Reconceituação foi muito importante para o exercício profissional do assistente social nos diversos campos de trabalho, dentre eles o da Educação, modificando a percepção e a interpretação do fazer profissional. A ação interventiva e investigativa ganharam novos contornos a partir da década de 1980, com a construção de práticas profissionais que enfoquem os aspectos econômicos, sociopolíticos e

³O Movimento de Reconceituação para o Serviço Social representa a desvinculação do Conservadorismo e das técnicas importadas do Serviço Social Norte-Americano. Surge da necessidade de adequar as práticas profissionais à realidade do País e à ruptura com o Serviço Social “tradicional”, construindo novos métodos e técnicas a partir das necessidades populares, para um agir profissional com identidade própria, condizente com a realidade social.

⁴Não é nosso objetivo neste artigo discorrer sobre cada vertente do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, mas sim apontar ainda que sucintamente para o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão.

culturais e as contradições entre a escola e realidade social (AMARO, 2017). Assim, houve

[...] uma ampliação das referências teóricas e ideoculturais para repensar a profissão, [...] qualificando-a no debate acadêmico e político. [...] Submetidos a pressões da própria realidade (sociopolítica do país), muitos de seus protagonistas avançaram [...] e alteraram significativamente suas posições teóricas (e mesmo ideopolíticas) e suas proposições profissionais (NETTO, 2011, p. 161).

Podemos assim afirmar que o exercício profissional do Assistente Social nas últimas décadas diferentemente do período inicial de sua história, tem buscado assumir compromissos progressistas e democráticos, fundamentalmente, nos espaço das políticas sociais, por meio de ações qualificadas, contrariando ações coercitivas e disciplinadoras, fundamentadas em interpretações equivocadas da realidade do sujeito. Porém, segundo lamamoto (2015, p. 210, grifo da autora) embora tenha havido uma contribuição decisiva para

[...] um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, [contudo] as formas pelas quais se deu aquela aproximação do Serviço Social com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por inúmeros equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas refrações até hoje se fazem presentes.

Nos últimos anos, o Assistente Social tem sido constantemente demandado a atuar na Política de Educação, possibilitado uma discussão mais ampla sobre o ingresso dos alunos nos diferentes níveis de escolarização, bem como acerca do enfrentamento da questão social e também das e relações sociais estabelecidas nessa política. Diante da ampliação da inserção do Assistente Social na Educação e da sua importantíssima contribuição na garantia do direito ao acesso à educação e à permanência na instituição, foram elaboradas entre outras cartilhas, sendo a mais recente intitulada *Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*, que objetiva contribuir para um exercício profissional na Política de Educação em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras (CFESS, 2013).

3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO IFMT: desafios e possibilidades

Para analisarmos o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT a partir das entrevistas da pesquisa, temos como referências: Guerra (2012); Santos

(2013); e Torres, (2016, 2017) que o definem como “síntese de múltiplas determinações”. Nessa análise, ele não é concebido somente como instrumento necessário para uma intervenção pautada na unicidade das suas três dimensões constitutivas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e articulado na premissa das suas expressões, interventiva, investigativa e formativa, mas também é apreendido como mediação historicamente determinado pelas condições objetivas e subjetivas decorrentes dos processos de profundas resistências frente ao antagonismos e brutais e desequilíbrios de poder na sociedade global, tendo como direção a construção de alianças estratégicas na viabilização dos direitos sociais.

Dessa forma, o exercício profissional da Assistente Social é tido como uma prática tencionada pelas contradições e pelos antagonismos da sociedade capitalista, dada a relação desigual entre capital e trabalho que gera a extrema desigualdade entre as classes, imprimindo novas e complexas demandas ao Serviço Social, requerendo do profissional uma análise crítica das expressões da questão social, o que não inviabiliza a abertura de possibilidades de enfrentamento à dinâmica instaurada por esse modelo societário. Para tanto, exige-se a compreensão da questão social enquanto questão política, a partir de uma leitura ampliada da realidade e de práticas cotidianas de contestação e de resistência, rumo a construção de estratégias para uma reflexão teórica e prática da profissão.

Como já sinalizamos na introdução desse artigo, realizamos um recorte de objeto dentro da pesquisa realizada. Neste primeiro momento, damos destaque para as principais demandas: institucionais, profissionais, dos estudantes e da família colocadas ao exercício profissional das Assistentes Sociais do IFMT indicadas nas entrevistas e suas respectivas respostas.

[...] nós elaboramos muitos editais por conta da seleção [da assistência estudantil], a gente sempre procura viabilizar o acesso [dos estudantes] nos editais, entendendo a [sua] realidade, [...] flexibilizando a questão de prazos, [...] (Entrevistada A).

[...] o carro-chefe que eu diria é a assistência estudantil, eu acho que a requisição mais forte na instituição [...] na elaboração, na execução, no acompanhamento do Programa (Entrevistada I).

As principais demandas institucionais relatados pelas entrevistadas têm centralizado o exercício profissional nos aspectos que envolvem a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em especial, junto aos auxílios e bolsas estudantis.

Os processos seletivos da Assistência Estudantil perpassam pelas seguintes etapas: elaboração do edital; divulgação; orientações aos candidatos no processo de inscrição; recebimento das inscrições; análise e seleção dos processos em conjunto

com a comissão de seleção; divulgação dos resultados; recebimento dos termos de adesão; digitalização e atualização de dados bancários; contatos com os bolsistas; emissão de lista para solicitação de pagamento mensal com as devidas atualizações; acompanhamento dos bolsistas.

Dada a centralidade do exercício profissional das Assistentes Sociais na PNAES, evidenciamos nas respostas profissionais que algumas entrevistadas não têm superado a mera execução de ações rotineiras e acríticas com emprego dos instrumentais técnico-operativos recomendado pelo PNAES, que atende prioritariamente alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Diante disso, questionamos em que medida somente a renda expressa vulnerabilidades sociais e se esse valor de renda se aplica a todas as realidades do Brasil, pois não é apenas o fator renda que implicaria na vulnerabilidade social do estudante e de sua família.

Por sua vez, as principais demandas profissionais estão relacionadas ao atendimento e de acompanhamento dos alunos:

[...] Além dos estudantes que são público da assistência estudantil, eu atendo e acompanho [...] todos os estudantes [...] matriculados. [...] [e sua] família (Entrevistada E).

[...] [realizo] atendimento e acompanhamento dos alunos e [de] sua família. [...] dos alunos [...] da Assistência Estudantil, [e] dos demais alunos [...] à medida que chegam as demandas nós vamos fazendo o acompanhamento, [...] (Entrevistada H).

O processo de atendimento não se esgota em si mesmo, mas requer também o acompanhamento das situações atendidas. Dessa forma, percebemos nos depoimentos que existe uma preocupação das profissionais em buscar atender não só os estudantes, mas também a sua família. Com essa perspectiva de totalidade as profissionais relataram que:

[...] no decorrer dos atendimentos e acompanhamento, identificamos uma necessidade de fazer vários encaminhamentos para as outras políticas setoriais, então [...] entramos em contato com a família para fazer o atendimento (Entrevistada H).

[...] Algumas demandas que chegam se referem à articulação com a rede, por exemplo, nas demandas da saúde. [...]. No conselho de classe os professores informam sobre os alunos que aparentemente apresentam Baixa Visão. Já aconteceu da mãe não conseguir vaga com oftalmologista. Então, [...] a escola fez um ofício [solicitando uma consulta para esse aluno]. Algumas medidas foram tomadas como: pedir para que o aluno sentasse na frente. Alguns professores são mais sensíveis que outros e tiveram cuidado com o tamanho da fonte do slide [na projeção do conteúdo] [...] (Entrevistada B).

Nessas falas, podemos evidenciar a necessidade da profissional fazer a articulação e encaminhamento para a Política de Saúde. Embora essa política seja pública, universal e independe da contribuição dos usuários, ou seja, tanto ricos como pobres podem acessá-la de forma gratuita, ainda hoje esse direito não é acessado, por parte da população, sobretudo pela a população mais carente, que necessita muitas vezes da intervenção profissional das Assistentes Sociais.

No entanto, identificamos nas respostas profissionais uma fragilidade na intersectorialidade entre as políticas de Educação e de Saúde, que muitas vezes, se restringem ao mero encaminhamento das demandas. Isso mostra uma dificuldade do trabalho coletivo em um contexto institucional marcado por relações de poderes e de contradições, o que dentre outros fatores, implicam em ações fragmentadas e isoladas, perdendo de vista a integralidade do atendimento e de respostas mais qualificadas às demandas sociais.

Outro aspecto estudado diz respeito às principais demandas dos estudantes:

*[...] vulnerabilidades sociais, [...] vulnerabilidades emocionais [...].
(Entrevistada C)*

Eu diria que as condições de vida do estudante e da família aparecem em todo momento no nosso exercício profissional, [...]. (Entrevistada D)

As Assistentes Sociais precisam conhecer as condições de vida dos alunos e de suas famílias, pois as vulnerabilidades: social e emocional demandam uma atenção maior; seja por questões educacionais de escolarização; seja por demandas que ultrapassam os muros da escola, como as situações que envolvem à Assistência Social e à Saúde. As respostas a essas demandas têm sido no sentido de contribuir para permanência do estudante na instituição, por meio da inserção do aluno no Programa de Assistência Estudantil, na Monitoria, no Apoio Psicológico, pois ele traz muito mais do que a carência e a fragilidade de renda, traz também dificuldades de aprendizagem devido ao sucateamento do Ensino Fundamental.

E um outro aspecto investigado se refere às principais demandas da família, que envolvem não somente à saúde do estudante, mas também a do familiar.

*[...] percebo que está aumentando a demanda [referente] à saúde da família, [...]. Aí o estudante e a família justificam que está faltando por conta disso
(Entrevistada A).*

Portanto, elas extrapolam o limite do exercício profissional das Assistentes Sociais na Educação, já que requer não só o encaminhamento e acompanhamento do estudante, mas também o encaminhamento do familiar do aluno. Em resposta, as

entrevistadas têm buscado fortalecer a parceria escola-família. Acreditamos esse fortalecimento poderia ser realizado por meio de “Ações Socioeducativas”, as quais contribuem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e da família (MIOTO, 2009).

Mesmo que nas demandas hajam marcas de posturas hierárquicas e autoritárias, segundo Santos (2013, p. 80), elas “não podem ser consideradas pelos Assistentes Sociais como empecilhos ou obstáculos à ação, mas sim ser desocultadas como particularidades da ação profissional, como contradições que perpassam a materialização da teoria em ação”. Por sua vez, as respostas dos profissionais “[...] devem ser analisadas por meio de suas particularidades, no modo como os profissionais depreendem as contradições constitutivas da realidade social e efetivam suas atividades” (TORRES, 2016, p. 58).

Neste segundo momento, abordamos que a Assistente Social é uma profissional habilitada para intervir nas expressões da questão social que se manifestam no contexto educacional. Em assim sendo, é notório a necessidade de elaboração do planejamento das ações profissionais, tanto da Equipe Multiprofissional, quanto do Serviço Social, como também da Assistente Social, visto que de acordo com Vasconcelos (2015) é na busca por uma prática pensada por meio do planejamento que a Assistente Social se prepara para o exercício profissional consciente, crítico e criativo. Não podemos deixar de sinalizar que na ação de planejar é identificado conflitos da própria contradição da relação capital/trabalho, refletidos pela presença da luta de classes no movimento institucional.

Ainda conforme a autora (2015), a sistematização contribui para o protagonismo dos trabalhadores frente a imposição dos limites do capital, favorecendo o desenvolvimento de um exercício profissional que busque a construção de caminhos para a materialização e consolidação de processos emancipatórios.

As profissionais indicaram a necessidade de elaboração do planejamento e de sistematização para se ter uma visão mais ampla das demandas, para além de superficialidade das expressões da questão social no seu exercício profissional, o que requer atenção, cuidado e revisão por parte do profissional. No entanto, observamos uma fragilidade no âmbito do IFMT, no seu processo de elaboração, tanto do planejamento como da sistematização, nos sentido de potencializar uma análise crítica e qualificar a luta político-ideológico frente aos interesses históricos dos estudantes.

Isso significa que algumas entrevistadas não obedecem a um padrão de registro de dados, o que dificulta não só o estudo do exercício profissional no IFMT, como também prejudica a avaliação do Serviço Social a partir do registro do trabalho realizado nos diversos *campi* de Mato Grosso, impossibilitando uma problematização mais profunda dessa tão importante temática. É preciso ampliar as estratégias no exercício

profissional das Assistentes Sociais “por meio do planejamento, do respaldo teórico, ético, técnico e político, da sistematização e ações coletivas no espaço institucional com a equipe, assim como apostar nas relações intersetoriais [...]” (MEDEIROS, 2017, p. 142).

A dinâmica do exercício profissional ao exigir das Assistentes Sociais respostas às demandas: institucionais, profissionais, da família e dos alunos tem dificultado o planejamento e a sistematização das ações do Serviço Social e o desenvolvimento de pesquisas e análises a partir dos registros existentes, realidade também de outros espaços sócio-ocupacionais como demonstrado nos por Trindade (2013) ao identificar que há insuficientes momentos de reflexões, análises, organizações prévias sobre as possibilidades de ações do Serviço Social.

As orientações, as competências e as atribuições estabelecidas para o exercício profissional da Assistente Social estão indicadas no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, sendo “[...] requerido do assistente social tanto a competência teórico, técnica como a política, o que será crucial na construção das respostas profissionais decorrentes das demandas inerentes a sociedade capitalista” (TORRES, 2017, p. 11).

Não podemos esquecer que exercício profissional da Assistente Social na Educação assim como das demais profissionais é determinado e subordinado ao sistema capitalista, no que se refere à sua reprodução e domínio material e político. “Portanto, a análise da educação brasileira precisa sinalizar onde estão as lutas, como elas se movimentam, quais os interesses em disputa. Esse é o desafio para os assistentes sociais na atualidade, que ocupam os espaços profissionais da área da educação” (SILVA, 2013, p 146).

Nessa direção, para Guerra (2012), o exercício profissional da Assistente Social recebe determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa. Ele envolve diversas dimensões que se autoimpostam e se autoexplicam, abrangendo uma totalidade de elementos diversos, que precisam estar apoiados em um projeto de sociedade, que contemple valores éticos, para uma determinada direção de intervenção profissional. A intencionalidade do exercício profissional deve estar compromissada com a realidade social em busca de uma compreensão sócio-histórica numa perspectiva crítico-dialética.

4. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao tecer as considerações, ressaltamos que não se trata de um estudo conclusivo, mas sim, de problematizações e de reflexões acerca do exercício

profissional das Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, que não se esgotam neste artigo e, que conseqüentemente, nos faz identificar a necessidade de novos diálogos e pesquisas sobre essa tão importante temática, que ainda é pouco investigada pelos profissionais inseridos no âmbito da Educação.

Em resposta às demandas, as Assistentes Sociais colocam em movimento seu acervo de saberes para construir seus fazeres e consolidar a direção social proposta para a profissão, ou seja, a atuação na perspectiva dos direitos, o que supõe a busca constante de sustentação teórica, política e ética. Considerando a complexidade dessas demandas apresentadas, evidenciamos nas respostas que, por um lado, algumas profissionais têm feito o uso do arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, dando direção ética e sentido político às suas ações; porém, por outro lado, verificamos que ainda falta a algumas profissionais um conhecimento mais aprofundado dos instrumentos e aparatos normativos da profissão que possibilitam sua autonomia relativa, senso crítico e capacidade propositiva para desenvolver suas ações.

Identificamos também uma fragilidade na intersectorialidade entre as políticas de Educação e de Saúde, que muitas vezes, se restringem a encaminhamento das demandas, mostrando a dificuldade do trabalho coletivo em um contexto institucional marcado por relações de poderes e de contradições, o que implica em ações fragmentadas e isoladas, perdendo de vista a integralidade do atendimento e a qualificação das demandas sociais.

Mesmo diante dos limites institucionais e profissionais vislumbramos possibilidades de intervenções cada vez mais propositivas, criativas e qualificadas, mediante o planejamento e a sistematização das ações profissionais. Esse artigo demonstra também a necessidade de estudos pela categoria profissional sobre a complexidade de aspectos que perpassam o exercício profissional das Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica.

Referências

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.

_____. **Sarita. Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: DF, 2013 (reimpressão).

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?” FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Serviço social: Temas, Textos e Contextos**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 3-22.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos** (Orgs). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012, p. 39-68.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MEDEIROS, Jaqueline Dayane da Silva. **A Dimensão Investigativa no Exercício Profissional do Assistente Social: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília módulo 5, 2009, p. 1-16.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no pós 1964**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUZA, Íris Lima. Serviço Social e educação: uma questão em debate. Rio Grande do N. v. 2, p. 27-41, jan./jun., 2005. Disponível em: <http://www.ccsa.ufnr.br/interface/2-1/artigos/2%20servi%E7o%20Social%20eEduca%E7%E3o.pdf>. Acesso em nov. 2017.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O exercício profissional do assistente social em questão: as publicações da área de Serviço Social. *In*: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (Org). **Revista Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 55-76.

_____. O exercício profissional do assistente social: analisando a dimensão técnico-operativa e as atividades desenvolvidas. **Anais do I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social**, 2017, p. 1-17.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais.
SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 75-108.